

Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação Nacional de Saúde
Registro da Reunião nº 08/2021 – Ordinária – 31/05/2021 – 14h –
videoconferência

Participantes:

Membros do Comitê:

- Giovanne Gomes da Silva – Presidente
- Paulo Roberto Martinho de Souza – Chefe de Gabinete
- Ayrton Mauricio Azeredo Silva – Diretor do Departamento de Administração substituto
- Fernanda Rodrigues de Moraes – Diretora Executiva
- Jonas Moura de Araújo – Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública
- Débora Silva Figueiredo Roberto – Diretora do Departamento de Saúde Ambiental

Membros de Apoio Técnico ao Comitê:

- Rafael Ayoroa Ramos – Auditor Chefe
- Ana Sallet Marques Gulli – Procuradora Chefe da PFE

Representantes da Secretaria do Comitê:

- Larissa de Lavor Martinelli Pitrez – Coordenadora Geral de Planejamento e Avaliação
- Pamella Daniel Vasconcelos – Coordenadora de Planejamento e Projetos Institucionais

Representantes do SubGRC:

- Renan Lange Holdorf – Coordenador Substituto do SubGRC

Servidores Convidados:

- Luís Carlos Marchão – Ouvidor
- Adriano Lima da Costa – Corregedor
- Cláudia Elizabeth Bezerra Marques – Assessora da Presidência
- Elizabeth Regina Fragoso Manes – Responsável Pela Unidade de Gestão de Integridade - UGI
- Marcelo Gonçalves da Cruz – Coordenação de Auditoria de Diligências
- Ronaldo Souza Camargo – Superintendente Estadual da Funasa em São Paulo

PAUTA:

- Apresentação da Minuta de Portaria que institui o CGRC, revogando a Portaria n.º 1.179, de 14 de setembro de 2017 (SECRETARIA DO CGRC);
- Execução orçamentária financeira do ano 2021 (PRESIDÊNCIA);
- Apresentação de relatório consolidado do acompanhamento das recomendações e determinações emanadas pelos Órgãos de Controle Externo e Interno, em especial os atendimentos de Acórdãos - Portaria Funasa nº 1904/2021 (AUDITORIA);
- Monitoramento dos Planos de Ações dos Acórdãos 59, 2004 e 2781 (DIREX);

- Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr) no âmbito da Funasa (DENSP);
- Restrições Contábeis - riscos (DEADM);
- Implantação do Sistema de Custos (DEADM).

PAUTA	DISCUSSÃO	DELIBERAÇÃO	FORMA DE DELIBERAÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
<p>Execução orçamentária financeira do ano 2021 (PRESIDÊNCIA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O sr. Presidente dá início a reunião mensal do CGRC saudando os convidados. Faz contextualização dos assuntos em pauta. • A respeito da execução orçamentária enfatiza aos departamentos finalísticos apresentarem à Presidência e ao CGRC antes da próxima reunião a necessidade orçamentária para as obras em andamento. O prazo para as Suest's enviarem é dia 02/06 e nós precisamos consolidar ainda esta semana para que possa discutir esta questão da indicação orçamentária na próxima Reunião de Gestão. • O Presidente esclarece que com este levantamento vindo das Superintendências terá como saber quanto se tem em termos de dotação orçamentária para destinação em novas obras. Além disso, tem a questão do RP9, foi publicado uma portaria pelo Governo institucionalizando a forma de indicação orçamentária, na qual diz que é o relator do orçamento quem fará esta indicação. Devido notícia veiculada na mídia, que gerou muitos questionamentos, houve envolvimento do TCU, da AGU e CGU no assunto. Informa ainda, que foi solicitado pela Dra. Anna aguardar um pouco com relação ao RP9, pois a AGU provavelmente estará auxiliando com o parecer conforme feito no ano anterior. • Após explanar sobre a pauta o Presidente põe o assunto em discussão. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Presidente sugere a dra. Fernanda fazer o contato com os demais diretores para que tenham maior ciência desta necessidade e avalie a possibilidade de fazerem um comunicado também aos superintendentes para que possam fazer o remanejamento caso queiram. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao final. 	<ul style="list-style-type: none"> • Direx 	<ul style="list-style-type: none"> • 10/06/2021

	<ul style="list-style-type: none"> • Em relação ao assunto o sr. Walter diz que conversou com a dra. Fernanda e lembra que há uma janela de crédito que se inicia agora, que é a primeira janela de alteração orçamentária. E se coloca à disposição para discutir alguma alteração que possa ser feita em relação a um eventual cancelamento de ação da área meio para jogar para a finalística, nestes primeiros 10 dias de junho. E lembra ainda, que como unidade orçamentária seria interessante tomar esta decisão até o final da semana. Diz que já tem uma alteração em pauta, da TI, feita via processo no SEI, já inserida. • A dra. Fernanda diz que já tratou do assunto com o sr. Walter e aguarda as indicações. 				
<p>Apresentação de relatório consolidado do acompanhamento das recomendações e determinações emanadas pelos Órgãos de Controle Externo e Interno, em especial os atendimentos de Acórdãos - Portaria Funasa nº 1904/2021 (AUDITORIA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Presidente expõe a pauta e passa a palavra ao dr. Rafael. • O dr. Rafael diz que o sr. Marcelo irá fazer uma apresentação e acrescenta que não tem atitudes por parte da Funasa para serem encaminhadas ao Tribunal, somente uma pendência que será informada e vai atentar aos casos da CGU, que são os casos do PO 700 e o da RSX, que está sendo pleiteada uma prorrogação, pois são assuntos que dependem de uma manifestação do Tribunal de contas para que possam dar continuidade. • O sr. Marcelo faz apresentação das demandas que estão em andamento. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acórdão 59 – complementar informação referente ao item 9.1.1; • A respeito do assunto o Presidente informa que a Direx está tomando as 	<ul style="list-style-type: none"> • Responder o Tribunal até 24/06. • Caso não consiga fazer o cancelamento no prazo, deve-se informar ao Tribunal tudo que já foi feito e justificar os que não foram realizados. • O Presidente pede ao sr. Maurício responder até 01/06 o responsável pelo preenchimento do questionário do TCU com prazo para 11/06. • Publicar até 30/06 o fluxo dos convênios em teste produzido pela CGCON. • A respeito do processo da RSX o Presidente pede para o sr. Maurício conversar com o sr. Telmo para conversarem pessoalmente sobre o assunto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao final pelo Presidente do CGRC. • Direx 	<ul style="list-style-type: none"> • DEADM • Auditoria 	<ul style="list-style-type: none"> • 24/06/2021 - Responder ao TCU • 30/06/2021 – publicar os fluxos dos convênios

	<p>devidas providências, deliberado por parte da Presidência como análise individual de cada instrumento. Foi encaminhado a Procuradoria para manifestação, com a indicação tanto da Direx quanto da Presidência para o cancelamento de todos os instrumentos dentro do prazo, que é 24/06.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O sr. Marcelo continua a apresentação: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Processo 25100.002389/2019-71 – plano de ação de 2019, que trata de recomendação monitorado no Acórdão 1.743/2016. • Referente ao assunto o Presidente diz que se tem adotado providências com relação ao item 9.1 do referido acórdão. Acrescenta que receberemos das superintendências os instrumentos que estão com obras em andamento e que precisam de aporte orçamentário para o mês. As obras que estavam em andamento e com falta de recurso financeiro foram pagas há quinze dias, pois temos mantido uma sistemática de acompanhamento de solicitar ao tesouro, para pagamento de forma regular. Agora teremos a necessidade orçamentária para os convênios com obras sem andamento e reforça a importância de um plano de ação acerca das obras paralisadas. • O sr. Marcelo continua a apresentação: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Processo 25100.002799/2021-12 – Levantamento de dados do TCU por meio de questionário eletrônico. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Presidente solicita ao sr. Marcelo, conversar com o Corregedor para que ele passe as informações sobre andamento de PAD instaurado para apurar responsabilidade administrativa, no caso dos plágios de produtos para manter o órgão de controle externo devidamente informado. • Referente ao processo 00190.101080/2020-81 faz recomendação de fazer um despacho no processo ainda esta semana reiterando ao superintendente do Rio Grande do Norte a adoção das medidas conforme as orientações da CGU, que entendeu que não está atendido plenamente o que foi enviado. 			
--	---	---	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none">• O Presidente pede tanto ao dr. Rafael quanto ao sr. Marcelo, que está fazendo a apresentação, não deixar a Presidência ser surpreendida com nenhuma ausência de resposta ao TCU e que também seja informado da necessidade de resposta com a maior antecedência possível. Para que esta Presidência possa responder de forma tempestiva, uma resposta de qualidade e com total transparência.• O sr. Marcelo passa a apresenta as demandas da CGU prioritárias – pendentes de atendimento.<ul style="list-style-type: none">✓ Relatório 201702141 – Processo 25100.007325/2018-53 – reiteração D 802643;• A respeito desta demanda o Presidente diz que é de responsabilidade da Direx e que tem de publicar em local que seja de fácil acesso para o cidadão, o fluxo dos convênios.<ul style="list-style-type: none">✓ Relatório 201800004 – Processo 25100.006430/2018-75 – RSX Informática – Contrato 49/2017;• O dr. Rafael esclarece que como o prazo está próximo e a CGU já aceitou os argumentos de que depende de manifestação por parte da corte de contas, será prorrogado automaticamente, pois a CGU trabalha com prazos de 6 em 6 meses. Provavelmente irá jogar para o final de ano para aguardar mérito do TCU.• O sr. Marcelo continua a apresentação:				
--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none">✓ PO 700 – medidas voltadas para a obtenção do ressarcimento dos recursos federais.• Acerca do assunto o Presidente diz tratar-se de um processo que a CGU está acompanhando de uma cobrança da Funasa em relação quem fez a alocação do prédio, relacionada as vagas de garagem. Tem sido discutida em reuniões e a PFE fez despacho no processo dizendo da necessidade de informar ao TCU o andamento do processo de cobrança por parte da Fundação. E por determinação deste presidente foi encaminhado parecer à CGU. Em despachos anteriores foi enviado a diretoria administrativa falando desta necessidade de prosseguir com o processo de cobrança. E reitera na reunião, ao DEADM, que deve dar andamento ao processo, independente do envio da informação ao TCU e CGU. Pois o parecer da PFE não suspende o processo de cobrança administrativa, em andamento na Funasa. Desta forma é só manter o nosso papel em termo de cobrança administrativa e informar os órgãos de controle externo. Deve-se tomar cuidado com a prescrição.• A dra. Fernanda reforça que a PFE afirmou que o procedimento com a nova portaria está lícito e correto, é só prosseguir com o processo de cobrança.• O sr. Marcelo continua:<ul style="list-style-type: none">✓ Manifestação da CGU – Contratação de consultores pela				
--	--	--	--	--	--

	<p>Funasa. Forma de contratação e a comprovação dos serviços prestados. Aquisição de software.</p> <ul style="list-style-type: none">• A respeito do assunto a dra. Fernanda informa que o processo passou pelo DEADM, onde foi feita a pesquisa de preço, agora precisa demandar à área e abrir licitação. Diz que a coordenadora da COTEC trabalhará junto com o DEADM e já está desenvolvendo o documento de oficialização da demanda.<ul style="list-style-type: none">✓ Processo 00190.103106/2019-92 – medidas para devolução dos recursos pagos aos produtos com confirmação de plágio acima de 10%, na análise dos resultados ou nas considerações finais.• O dr. Rafael complementa dizendo que já havia conversado com a coordenadora da COTEC e dado algumas sugestões, tais como: os produtos serem refeitos e atestados pelas áreas ou promover a glosa junto a OPAS para atender as recomendações. No entanto ela partiu para as duas alternativas conseguindo grade êxito, porém não foi enviado para a Auditoria, e não sabe informar se foi promovido alguma glosa nos valores repassados a OPAS. O dr. Rafael fala para a dra. Fernanda tomar ciência das medidas adotadas, para poder dar ciência a CGU. A dra. Fernanda diz que vai repassar assunto e informar posteriormente.• O Presidente informa que vai passar o assunto a Corregedoria para se informar, se foi instaurado PAD para				
--	--	--	--	--	--

	<p>apurar responsabilidade administrativa. O sr. Marcelo diz que foi feito um documento à COREG, no qual foi dado um prazo razoável para que houvesse tempo suficiente para a iniciação da apuração, mas há de verificar se está de fato em andamento.</p> <p>✓ Processo 00190.101080/2020-81 – Adotar medidas voltadas à obtenção do ressarcimento dos recursos federais indevidamente empregados ou com emprego não comprovado, instaurando Tomada de Contas Especial (TCE).</p>				
<p>Monitoramento dos Planos de Ações dos Acórdãos 59, 2004 e 2781 (DIREX)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Presidente chama a sra. Larissa para apresenta o monitoramento dos planos de ação do Acórdão 59, 2004 e 2781. Fala para dar ênfase ao responsável e orienta a cada responsável anotar como está o andamento. • A sra. Larissa faz apresentação dos planos de ação. • <ul style="list-style-type: none"> ✓ Faz leitura das etapas que estavam a iniciar na última reunião, estão agora com status “em andamento”, atualização feita pelo DENSP. ✓ Em algumas ações quando foi fazer a atualização do plano de ação, ações relacionada a COGEO, verificou-se que a última versão encaminhada pela Direx para consolidação, não foi levada em conta pelo consolidador. ✓ Ajustar itens básicos do Siga enquanto não tiver a migração da 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi deliberado a exclusão de item “ propor fluxo entre as áreas que demonstre a adequação entre as propostas de instrumentos de repasse e o orçamento previsto” sugerido pela sra. Larissa. • Foi deliberado a exclusão do item “divulgar periodicamente os prazos oportunos para pedidos de créditos adicionais, realocações e alterações orçamentárias, além de instruir os dirigentes quanto aos procedimentos de acordo coma legislação específica”, sugerido pela sra. Larissa excluir linha em versão que será encaminhada no dia 24/06/2021. • Deliberação para alteração texto e antecipar prazo do item “definir as diretrizes institucionais para a concepção dos orçamentos anuais de 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao final pelo Presidente do CGRC. 	<ul style="list-style-type: none"> • Direx 	<ul style="list-style-type: none"> • 24/06/2021 enviar planilha atualizada • Próxima reunião do CGRC deliberar prazos planos de ação Densp

	<p>totalidade das informações para a Plataforma Mais Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A sra. Larissa termina apresentação dos planos de ação do acórdão 59 dizendo que não tem nenhuma ação vencida e quando verifica que tem alguma para vencer entra em contato com as áreas para informar a respeito. • A sra. Larissa começa a apresentar os planos de ação do acórdão 2781: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Atualização - etapa para dar conhecimento da minuta do decreto aos atores, que se trata do item 9.1.1, o qual fala da institucionalização do programa saneamento Brasil Rural, etapa concluída pelo DENSP; ✓ Contratação dos serviços complementares de engenharia; • O Presidente a respeito do assunto diz que na próxima reunião de gestão haverá uma apresentação por parte do superintendente Douglas uma proposta para contratar engenheiros por meio de contrato terceirizado. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ajustar minuta de edital e contrato; ✓ Realizar procedimento administrativo de licitação (publicação de edital e celebração de contrato) – responsável Suest – BA. A sugestão da área é alterar o responsável para DENSP, DIREX e DEADM e alteração de prazo de nov/20 a mai/21 para iniciar em mai/22 com término em jun/22. • A dra. Ana a respeito do prazo, por se tratar de um processo licitatório 	<p>gestão administrativa e apoio às ações finalísticas das Unidades Administrativas da Funasa, proposto pela área técnica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deliberação proposta pelo DENSP para alteração de texto no item “Ajustar a minuta do termo de referência” para “Reformular a minuta do termo de referência”. • Alteração do prazo final de nov/20 para abr/22. Aprovado. • Proposta de alteração de prazo do item “Ajustar minuta de edital e contrato” de dez/19 finalizando em jun/20 para início em mar/22 finalizando em abr/22. • Foi deliberado a alteração do responsável de Suest-BA para DENSP, DIREX e DEADM do item “Realizar procedimento administrativo de licitação (publicação de edital e celebração de contrato)”. • Alteração do prazo para início e fim sugerido pela área mai/22 a jun/22, por sugestão do presidente esta data foi alterada para set/21 a dez/21. • Proposta para alterar data de realização do item “Realizar contratação dos serviços de engenharia para as Suests: MG, RS, GO, PI, MA, RJ, PE, PB, TO, RN e MS”, de out/20 a mar/21 para jul/22. 			
--	---	--	--	--	--

	<p>pondera que o prazo pode ser curto, e por isso pode haver solicitação de prorrogação, valendo a pena estender.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O presidente propõe uma nova data para início e fim do processo, de set/21 a dez/21. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar contratação dos serviços de engenharia para as Suests: MG, RS, GO, PI, MA, RJ, PE, PB, TO, RN e MS; ✓ Realização de análise de risco junto ao SubGRC para o projeto AIS – Concluída; ✓ Formatação da Proposta para o desenvolvimento da metodologia em AIS; foi iniciada, em andamento. • A sra. Larissa passa a tratar das ações em atraso e seu responsável: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Diagnóstico e Caracterização do Rural do PSBR; ✓ Implementação das Ações Estruturais; ✓ Regulação e Fiscalização; ✓ Mapear atividades principais e as instrumentais, auxiliares e acessórias; ✓ Dimensionar força de trabalho com priorização das atividades principais; ✓ Implementar automatização e racionalização de atividades; ✓ Absorver força de trabalho oriunda de empresas públicas (Ex.: Infraero); ✓ Realizar processo de contratação temporária de força de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • O Presidente pede para alterar a data de contratação para jan/22. • O Presidente sugere a sra. Larissa se reunir com o sr. Maurício para ver a questão das datas. Para repactuar os prazos. • O Presidente diante da preocupação do sr. Getúlio com os prazos informa que é só apresentar os novos prazos devidamente justificados para deliberação na próxima reunião do CGRC. • Referente ao Acórdão 2781 o Presidente vai despachar para que cada setor se manifeste sobre o que tem feito no que diz respeito as ações. • O Presidente solicita às áreas atenção especial ao Acórdão 2781, pois neste ano será monitorado pelo TCU. • O Presidente fala que este acompanhamento será feito mensalmente e quando verificar que tem algum atraso enviará despachos, pois a intenção de apresentar este monitoramento é cumprir o que o TCU pede e seguir a sugestão do auditor. 			
--	---	--	--	--	--

	<p>(Ex.: Reserva das Forças Armadas);</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Definição da Responsabilidade da Funasa no Plansab e ODS (buscar referência do PSBR);✓ Levantamento da estimativa de custos para o cumprimento das metas Plansab e ODS no recorte da Funasa;✓ Formatação da Proposta para o desenvolvimento da metodologia em AIS; (vence em 30 dias)✓ Estabelecer Parceria para a Elaboração da Metodologia; (vence em 30 dias)✓ Implementar melhorias no Sistema visando ao incremento da Sistemática; (vence em 30 dias)✓ Migração dos instrumentos para a Plataforma Mais Brasil; (vence em 30 dias)✓ Atualizar Portaria de designação dos membros do GT;✓ Estabelecer novo cronograma de reuniões e entregas;✓ Mapear a nova estrutura organizacional;✓ Mapear os processos e macroprocessos de trabalho relevantes;✓ Definir os objetos de custos segundo a cadeia de valor;✓ Definir a equipe de custos (membros da setorial de custos);✓ Atualizar as tabelas dos sistemas estruturantes do SIC;✓ Definir os centros de custos;				
--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none">✓ Iniciar apuração e a alocação dos custos diretos; (inicia ou vence em 30 dias)✓ Avaliar a consistência do modelo de custos; (inicia ou vence em 30 dias)• A respeito dos prazos o sr. Maurício pergunta se foram dados internamente ou se são prazos do TCU. A sra. Larissa responde dizendo que os prazos foram dados internamente, mas é um plano de ação respondendo um acórdão do TCU.• O sr. Mauricio informa que foi feito uma reunião referente a custos, porém não tem ninguém que entendo do assunto na Funasa, nada foi iniciado e a previsão é que consigamos começar a trabalhar sobre isso em 60 dias. E a conclusão de 12 a 14 meses. Como não tem ninguém que entenda do assunto a ideia é contratar uma consultoria de fora.• O sr. Getúlio explica que com relação a metodologia AIS, o DENSP juntamente com o DESAM está trabalhando a uns 45 dias. Um possível parceiro declinou, foi retomada a discussão junto a Fio Cruz, e os prazos talvez terão que ser discutidos. E pergunta se seria possível. O dr. Rafael responde dizendo que os prazos foram definidos pela gestão e diante de fatos novos que vão ocorrendo durante a execução do plano de ação, é possível sim, alterar prazos, desde que fundamentado o porquê da alteração				
--	--	--	--	--	--

	<p>e depois de deliberado encaminhar ao Tribunal para ciência.</p> <ul style="list-style-type: none">• O sr. Getúlio expõe sua preocupação com os prazos dizendo que no arranjo institucional tem atores externos, se dependesse somente do DESAM e do DENSP fariam as entregas.• O sr. Rafael explica que estas tratativas estão adotando durante o levantamento destas opções que foram dadas é fundamental que fique no processo, deixar tudo registrado, para que fique como evidência quando for preitear as alterações de prazo.• O sr. Renan continua apresentando o monitoramento do acórdão 2004:<ul style="list-style-type: none">✓ Revisar e/ou validar Plano de Ação Preliminar em atendimento ao previsto nos itens 258.1 a 258.3 do Relatório Preliminar do TCU;✓ Elaborar diagnóstico dos instrumentos de transferências celebrados pela Funasa com execução paralisada;✓ Identificar as causas dos atrasos e paralisação das 133 obras do Anexo I como protótipo de monitoramento;✓ Levantar as propostas de medidas de solução para os problemas no contexto da cada obra;✓ Revisar no âmbito administrativo e financeiro os documentos orientativos da Funasa de aprovação e acompanhamento dos instrumentos de repasse;✓ Adaptar as revisões em documento orientativo para subsidiar a CGMTI				
--	--	--	--	--	--

	<p>para atualização do SIGA e módulo na Plataforma Mais Brasil;</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Celebrar parcerias com o DETRU/Ministério da Economia para padronização de documentos, assinatura digital, integração com SEI, desenvolvimento de <i>workflow</i> de execução orçamentária e financeira e projetos de engenharia de referência (padrão) com planilha orçamentária em sintonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC);✓ Ajustar itens básicos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Ações da Funasa (SIGA), enquanto não tiver a migração da totalidade das informações para a Plataforma Mais Brasil, no que concerne à padronização do preenchimento de metas e etapas da planilha orçamentária, bem como desenvolvimento de contador de prazo para relatório de pagamento;✓ Desenvolver os indicadores e informações a serem solicitadas às SUEST sobre os instrumentos de repasse e demais obras;✓ Realizar oficinas virtuais para treinamento na Plataforma Mais Brasil nas demais unidades da federação;✓ Orientar os requisitos administrativos e elaborar minuta de contrato para acompanhar instrumentos de repasse;				
--	---	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaborar materiais e tutoriais de capacitação para municípios na gestão e contratação de obras e ✓ Apoiar os municípios com subsídios obtidos junto aos órgãos federais que regulamentam a Lei 14.026/2020 (p.ex. ANA, MDR) para a definição dos blocos regionais para a prestação dos serviços de saneamento. • Depois da apresentação das ações a dra. Fernanda diz que da parte da DIREX/CGCON estão acompanhando e iniciando as atividades. 				
<p>Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr) no âmbito da Funasa (DENSP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A dra. Fernanda explica que em conversa com a sra. Larissa e o sr. Getúlio, estão articulando para formar um grupo para acompanhar o Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União. Para tanto será feito contato por meio da CGPLA ao Ministério da Economia, pois é matéria multidisciplinar que envolve tanto o DENSP quanto a CGCON. Estão formulando uma metodologia de trabalho, que contará com o apoio do Ministério da Economia, através do TransformaGov, que faz este monitoramento e dar apoio aos órgãos e entidades. A partir das orientações do Ministério, daremos orientações para as demais diretorias, que são basicamente DENSP e DESAM. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •

<p>Restrições Contábeis - riscos (DEADM)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Presidente chama o sr. Maurício para apresentar a pauta. • O sr. Maurício inicia sua fala a respeito da pauta dizendo que em uma conversa com o Presidente ficou preocupado com algumas restrições contábeis que são recorrentes na Funasa, há alguns anos e sem providências. Algumas de carácter interno, dentro do departamento. Em reunião com as coordenações gerais do DEADM, foi verificado que não estão sendo feitas as depreciações dos bens móveis desde 2019, causando assim, mensalmente recessão contábil para a Funasa e o MS tem cobrado providências sobre o assunto. Inclusive cai no CPF dos ordenadores de despesa por conta disso. Esta situação toda acontece porque existia um sistema que fazia a depreciação, porém o contrato não foi renovado e nem o sistema de almoxarifado foi migrado para o sistema do Governo Federal. Um segundo ponto no que se refere as restrições contábeis é que todo mês tanto as Suests como a Presidência têm de gerar um relatório de movimentação de bens e o relatório de movimentação de almoxarifado, e este documentos não estão sendo gerados. E por fim, foi tratado com a DIREX em reunião a respeito dos convênios com data de vigência expirada, estão com o status de “a repassar o valor, a liberar e a comprovar”, gerando também essa restrição contábil recorrente. Tudo 	<ul style="list-style-type: none"> • Retomar o assunto da transformação digital com o sr. Têlvio que o responsável pela Funasa. Fazer reunião para tratar do assunto, para melhorar a situação da Fundação com relação as ações ligadas a transformação digital. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao final 	<ul style="list-style-type: none"> • Deadm 	<ul style="list-style-type: none"> • Não estabelecido
--	---	---	--	---	--

	<p>isso causa pendência da Funasa junto ao Ministério da Economia.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Presidente agradece ao sr. Maurício por alertá-lo a respeito do assunto, pois não tinha conhecimento do que estava acontecendo. E complementa dizendo está em débito com a atualização da depreciação do patrimônio, com os convênios com os status citados pelo sr. Maurício, restos a pagar administrativo, relatórios de bens de consumo e bens patrimoniais e a implantação do sistema de custo da Funasa. 				
<p>Apresentação da Minuta de Portaria que institui o CGRC, revogando a Portaria nº 1.179, de 14 de setembro de 2017 (SECRETARIA DO CGRC);</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A dra. Fernanda apresenta as propostas de alteração da minuta de portaria que institui o CGRC: <ul style="list-style-type: none"> ✓ No artigo primeiro diretrizes que foram complementadas com o que estão nos decretos; ✓ Nova formatação do CGRC; ✓ Apoio técnico ao CGRC sem direito a voto; ✓ Participação de um superintendente eleito para mandato de 2 anos, sugestão de texto; ✓ Revogação das portarias anteriores. • O dr. Rafael observa que o TCU já se posicionou com relação a composição do CGRC. O tribunal faz uma distinção clara no Acórdão em relação aos membros efetivos do comitê, diante disso, estas instituições que consultam, tais como Auditoria, procuradoria, Corregedoria, Ouvidoria e UGI, não seria membros efetivos e sim estância consultivas, não são 	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir documento para designar o Superintendente de São Paulo (eleito pelos demais superintendentes) como membro titular e o suplente para integrar ao CGRC. • Fazer as adequações conforme as orientações do dr. Rafael e submeta aos membros para leitura. • Votação e aprovação em reunião extraordinária do CGRC no dia 07/06. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ao final 	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as áreas com membros votantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • 07/06/2021

	<p>membros do CGRC., portanto sem direito a voto. Sugere então, que faça a distinção no texto entre membros efetivos com direito a voto e deixar as outras unidades como estâncias consultivas ou de apoio aos membros.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O sr. Marchão expõe uma dúvida dizendo que quando foi designado para compor o subcomitê, foi representando o gabinete da presidência, pois na época o ouvidor não fazia parte do comitê e agora com esta formalização, não sabe como fica em relação ao subcomitê. O Presidente diz que irá resolver este assunto posteriormente. • A dra. Ana concorda com o ajuste sugerido pelo dr. Rafael no artigo segundo. • A sra. Elizabeth sugere adequar o termo chefe da Unidade de Gestão de Integridade para responsável da Unidade de Gestão de Integridade, porque ainda não saiu a nomeação. • O sr. Renan esclarece quanto ao questionamento do sr. Marchão, diz não haver empecilho em está no subcomitê e no comitê como apoio técnico desde que não tenha poder de deliberação. 				
--	--	--	--	--	--

Sr. Presidente encerrou a reunião agradeceu a presença de todos.

LARISSA DE LAVOR MARTINELLI PITREZ
Secretaria do CGRC